ANEXO I

FICHA CADASTRAL

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME DA ENTIDADE: _____

CNPJ: _____ REPRESENTANTE LEGAL: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____ CPF: _____ RG: _____

ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____ DATA DA EXPEDIÇÃO: _____/_____/_____

ENDEREÇO DA SEDE DA ENTIDADE: _____ Nº _____

BAIRRO:_____MUNICÍPIO:_____ESTADO:_____

CEP: _____ TELEFONE: (__) _____ E-MAIL: _____

2. DADOS DO PROJETO

TÍTULO: _____

ÁREA DE ATUAÇÃO: ( ) SEGURANÇA PÚBLICA ( ) SISTEMA PRISIONAL ( ) SAÚDE

( ) SISTEMA SOCIOEDUCATIVO ( ) ASSISTÊNCIA SOCIAL ( ) EDUCAÇÃO

( ) OUTROS _____

PÚBLICO ALVO: _____

NÚMERO ESTIMADO DE BENEFICIÁRIOS: _____ VALOR SOLICITADO: _____

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO:_____

3. DADOS BANCÁRIOS

BANCO:_____AGÊNCIA:_____CONTA-CORRENTE:_____

4. DECLARAÇÕES

A entidade declara, sob as penas da lei, que:

1. Está regularmente constituída há pelo menos 1 (um) ano;
2. Possui finalidade social compatível com o objeto deste edital;
3. Não possui fins lucrativos;
4. Não mantém vínculos com magistrados, servidores do Poder Judiciário, Ministério Público ou Defensoria Pública;
5. Compromete-se a aplicar integralmente os recursos recebidos no projeto aprovado.

Pitangui/MG, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do Representa Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

A _____ (nome da entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, neste ato representada por seu(ua) representante legal, _____, _____(nacionalidade), _____(estado civil), _____(profissão), inscrito(a) do CPF sob o nº _____, portador(a) do RG nº _____, vem, para os devidos fins, DECLARAR, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal, que:

I. Não possui qualquer vínculo direto ou indireto com magistrados, servidores ou estagiários do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;

II. Não mantém vínculos de parentesco, sociedade ou representação com membros ou servidores do Ministério Público ou da Defensoria Pública que possam gerar conflito de interesses;

III. Não há beneficiários diretos do projeto que mantenham relação funcional, familiar ou societária com integrantes dos órgãos mencionados;

IV. Compromete-se a comunicar imediatamente à Unidade Gestora de Prestações Pecuniárias qualquer alteração superveniente que possa configurar vínculo vedado, nos termos do Provimento Conjunto nº 144/2025 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Pitangui/MG, _____ de _____ de 2025.

_____

Assinatura do(a) representante legalmente

Carimbo da entidade:

ANEXO III

FICHA DE CONFERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO	SIM	NÃO
REQUERIMENTO PREENCHIDO		
COMPROVANTE CNPJ		
ESTATUTO VIGENTE		
ATA DE POSSE DA DIRETORIA ATUAL		
IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES		
RG E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL		
COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUALIZADO		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS		
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE O FGTS		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E TRIBUTOS ESTADUAIS		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS E TRIBUTOS MUNICIPAIS (Prefeitura local)		
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL		
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA		
PLANO DE TRABALHO DETALHADO		

OBS.: Para que haja maior celeridade na conferência da documentação, favor apresentá-la na ordem acima descrita.